

## “ENSINO NOTURNO: UMA OPÇÃO DOS JOVENS DE 16 A 20 ANOS”

Odineia Rabelo Mendes<sup>1</sup>  
Maria do Perpetuo Socorro Calado Pereira<sup>2</sup>

### RESUMO

O presente artigo é o resultado da inquietação vivida pelas autoras durante a atividade laboral com alunos da Educação de Jovens e Adultos – EJA, a referida pesquisa objetivou analisar os motivos que levam os jovens de 15 a 20 anos a estudarem na Educação de Jovens e Adultos e ao mesmo tempo fazer uma trajetória do ensino de jovens e adultos no Brasil, para elaborar este artigo foi realizado pesquisa bibliográfica, documentais e empírica. A Educação de Jovens e Adultos é uma modalidade de ensino que visa oportunizar aquelas pessoas que não concluíram o ensino regular, e que por algum motivo tiveram de interrompê-los. A pesquisa visa ampliar as análises sobre o tema, e ao mesmo tempo compreender as razões que levam os jovens de faixa etária entre 15 a 20 anos, a não estarem estudando no Ensino Regular e sim no EJA. Desta forma, também queremos conhecer as principais respostas dos jovens e adultos quanto a importância desta modalidade de ensino para a suas vidas.

**Palavras-chave:** Educação de Jovens e Adultos, Modalidade de ensino, Ensino regular.

### INTRODUÇÃO

A proposição do tema em questão surgiu há muito tempo, quando começamos a lecionar no EJA, e perceber que a maioria dos discente tinham entre 15 a 20 anos, que deixavam de frequentar o ensino regular para migrarem para EJA. Poderíamos ter escolhido outro tema, porem o fato sempre nos incomodou, era algo que aguçava o desejo em compreender tal questão. Comungando com esta inquietação, a professora Elisângela Fernandes (2011) afirma: “A presença de adolescentes na Educação de Jovens e Adultos (EJA) no ensino fundamental é preocupante: quase 20% dos matriculados têm 15 a 17 anos.”

Outra questão, vivenciada era o acanhamento que os jovens sentiam, por estudarem no EJA, muitos não gostavam de falar, que eram alunos do Ensino de Jovens e Adultos, mesmo assim as salas registravam um número significativo desses jovens.

Valdo Barcelos (2011) afirmar: “Muitos jovens sentem vergonha de estudar na EJA, no entanto quando retornam a escola se sentem acolhidos e envolvidos nos processos de ensino aprendizagem e nas relações entre as pessoas que são e fazem a escola.”

---

<sup>1</sup> Mestranda em Ciência da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental (UTIC), [rabeloneia@gmail.com](mailto:rabeloneia@gmail.com)

<sup>2</sup> Mestranda em Ciência da Educação pela Universidade Tecnológica Intercontinental (UTIC), [kalladinho@gmail.com](mailto:kalladinho@gmail.com)

Desta maneira, pretende se contribuir com esta pesquisa, mostrando a realidade da educação de jovens nesta faixa etária, tendo uma possibilidade de mudar o pensamento negativo, e elevar o entusiasmo dos jovens, tornando-os seres dignos e capazes e, mais ainda provar que a educação de Jovens e adultos é uma modalidade que apresenta qualidade.

Assim, procurou se manter a necessária vigilância teórica metodológica buscando dialogar com autores que recorrem a discussão em torno dos seguintes temas: Educação Popular: Paulo Freire, Carlos Rodrigues Brandão e Carlos Roberto Jamil Cury; Educação de Jovens e Adultos: Leôncio Soares, Maria Amélia Giovanetti, Nilma Lino Gomes, Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Maria Antonia de Sousa e Valdo Barcelos e outros. Para enriquecer o diálogo sobre as políticas públicas destinada ao EJA no Brasil buscamos inspiração em João Carlos Venâncio.

Confiante que tal pesquisa, torna-se essencial para a sociedade acadêmica e em geral, servindo de fonte para proporcionar uma discussão mais ampla entre os profissionais da educação.

O objetivo do estudo é analisar os motivos que levam os jovens de 15 a 20 anos a estudarem na Educação de Jovens e Adultos e ao mesmo tempo fazer uma trajetória do ensino de jovens e adultos no Brasil.

A pesquisa se explica a partir do tema “Ensino Noturno: Uma Opção dos Jovens de 16 a 20 anos”. Considerando a relevância do ensino noturno para os jovens que têm oportunidades nesta modalidade de ensino de concluírem os seus estudos.

A metodologia do presente trabalho se baseou em pesquisas bibliográficas, documentais e empírica.

Na pesquisa bibliográfica aprofundou-se as leituras em obras de vários autores que discutem a temática, a fim de embasar teoricamente toda a pesquisa. Já na documental, procuramos analisar criteriosamente as leis de regulamentação da EJA, assim como, algumas reformas legais que ocorreram durante a trajetória histórica da educação de Jovens e Adultos na sociedade brasileira. Enquanto na pesquisa empírica, buscamos realizar uma observação em três salas de aulas do EJA, em seguida desempenhamos uma entrevista composta de questionamento direcionado com os sujeitos que compõe esta pesquisa, O campo da pesquisa constituiu-se na Escola Estadual Irineu da Gama Paes, localizada no bairro dos Congos, cidade de Macapá.

## METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste artigo se baseou em pesquisas bibliográficas, documentais e empírica. A pesquisa bibliográfica, serviu para um aprofundamento da temática, na análise de documentos, procurou-se analisar criteriosamente as leis de regulamentação da Educação de Jovens e Adultos, reformas legais que ocorreram durante a trajetória histórica da educação de Jovens e Adultos na sociedade brasileira. Na pesquisa empírica, buscou-se realizar uma observação em três salas de aulas do EJA, seguida de entrevista composta de questionamento direcionada para os sujeitos que compõe esta pesquisa, O campo da pesquisa constituiu-se na Escola Estadual Irineu da Gama Paes, localizada no bairro dos Congos, cidade de Macapá.

## BREVE HISTÓRICO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

A história do EJA brasileira está inserido num contexto econômico, social e político, atrelada à relação entre educação e trabalho, haja vista que os seus sujeitos são trabalhadores ou jovens em busca de conhecimento para pleitear melhores oportunidades de sobrevivência , em outros casos são pessoas trabalhadoras aposentadas, todos de uma forma ou de outra, buscam no EJA recompensar o tempo que ficou perdido.

Pode- se afirmar que no Brasil a educação de adultos teve início nos tempos coloniais, quando os portugueses que por aqui chegaram trouxeram consigo os padres jesuítas, foram estes, os primeiros responsáveis pela alfabetização de pessoas adultas e pelas construções dos primeiros colégios em terras brasileiras.

Os Padres jesuítas vieram para o Brasil com duas missões: pregar a fé católica e alfabetizar os nativos da Colônia. Eles exerciam uma ação educativa missionária sobre os indígenas. Através do trabalho de catequizar, com intuito de salvar as almas, abrindo caminho para a dominação dos colonizadores, na medida em que ensinavam as primeiras letras e a doutrina católica, os costumes europeus estavam sendo introduzidos também. Conforme afirma Piletti (2012, p.160).

... a realeza e a igreja aliavam-se na conquista do Novo Mundo, para alcançar de forma mais eficiente seus objetivos: a realeza procurava facilitar o trabalho missionário da igreja na medida em que esta procurava converter os índios aos costumes da Coroa Portuguesa. No Brasil, os jesuítas dedicaram-se a duas tarefas principais: pregação da fé católica e o trabalho educativo. Com seu trabalho missionário, procurando salvar almas, abriam caminhos à penetração dos colonizadores.

Desta forma, ensinar a ler e escrever os nativos eram um fator necessário, para impor ensinamentos católicos, uma vez que os indígenas não sabiam ler nem escrever, a

alfabetização tornou-se prioridade na Colônia Portuguesa. Porém a legitimidade do ensino aconteceu somente após a independência do Brasil.

Observa-se que a Educação de Jovens e Adultos não é recente no país, desde o Brasil colônia, quando se falava em educação para população não-infantil, fazia-se referencia a população adulta, que precisava ser catequizada para as causas da Santa Fé. Nesta época, não se constatou iniciativas governamentais significativas em torno dos ensinamentos jesuíticos.

Novas iniciativas sobre ações dirigidas a educação de adultos somente ocorreram na época do Império, mais tarde com o advento da independência, inicia-se a busca por um projeto educacional que atendesse a necessidade do momento, conforme afirma Carvalho, (1972).

Torna-se necessário dotar o País com um sistema escolar de ensino que corresponda satisfatoriamente às exigências da nova ordem política, habilitando o povo para o exercício do voto, para o cumprimento dos mandatos eleitorais, enfim, para assumir plenamente as responsabilidades que o novo regime lhe atribuía. Esta aspiração liberal, embora não consignada explicitamente na letra da lei, conquistou os espíritos esclarecidos e converteu-se na motivação principal dos grandes projetos de reforma do ensino no decorrer do Império.

Como nação independente, a legislação educacional no Brasil tem o seu início na Constituição Imperial de 1824, que apresenta no Título 8, artigo 179, inciso 32 - "A Instrução Primária é Gratuita a Todos os Cidadãos". Mesmo a educação sendo gratuita não alcançou a população de pouco recurso, pois esses não tinham acesso a escola. A escola era para todos, porém inacessível a quase todos. Com o advento da República em 1889 surgiu o primeiro ministério dedicado a Educação.

A Constituição que veio posteriormente não honrou este preceito legal, embora se propagasse o postulado de "sociedade dos iguais". Não foi o que aconteceu, aos escravos recém-libertos, aos caboclos e aos índios restava o trabalho duro e a doutrina ensinada na oralidade e na obediência.

Por volta de 1940, no governo de Vargas a educação de adultos passa a ser tratada com evidências. Entre 1942 a 1947 foram criados alguns órgãos voltados para a educação de adultos entre os quais podemos citar: Fundo Nacional de Ensino Primário, Serviço de Educação de Adultos, e a Campanha de Educação de adultos.

Finalmente, pelo decreto Lei de nº8529 de 3 de janeiro de 1946, foi estabelecida a Lei Orgânica do Ensino Primário prevendo o Curso Supletivo, no qual era permitido o ingresso de jovens com idade mínima de 13 anos. Em 1947 teve início a primeira Campanha Nacional de Alfabetização de adolescentes e adultos, assim como foi iniciativa de empresários foi

criados o SES (Serviço Social da Indústria) e o SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural )” (SILVA,2001,p.50).

Beisiegel (1997), “traça um histórico da educação de jovens e adultos no Brasil e corrobora as ideias de Paiva. Demonstra que a preocupação com essa modalidade educativa data da década de 1940, quando o recenseamento geral mostra que mais de 50% da população com mais de 15 anos eram jovens e adultos analfabetos”.

Nos anos 1950, foi realizada a Campanha Nacional de Erradicação do Analfabetismo (CNEA), que marcou uma nova etapa nas discussões sobre a educação de adultos. Seus organizadores compreendiam que a simples ação alfabetizadora era insuficiente, devendo dar prioridade a educação de crianças e jovens, aos quais a educação ainda significa alteração em suas condições de vida (SOUZA, 2007).

No início da década de 1960, as inquietações e a preocupação de Paulo Freire, encontrava no atual momento do País um espaço favorável para o desenvolvimento das práticas sistemáticas, que pudessem possibilitar às massas populares as condições para sua alfabetização. Pois nesse período da história, o analfabetismo era encarado como consequência da miséria da desigualdade social. “A educação passou a ser entendida como um ato político” (BRASIL, 2006, p26).

A primeira lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei n. 4.024/61, determinava ainda, no seu artigo 99, que aos maiores de 16 anos seria permitida a obtenção do Certificado de Conclusão do Curso Ginásial, mediante a prestação de Exames de Madureza e, aos maiores de 19 anos seria conferida o Certificado de Conclusão do Curso Colegial.

Com o objetivo de responder aos marginalizados do sistema e legitimar a nova ordem política implantada em 1964, surge então o Movimento Nacional de Alfabetização (Mobral) em 1967 e, posteriormente, o ensino supletivo, em 1971, consagrado com a lei 5.692 deste mesmo ano.

A respeito do Mobral, Bello (1993) afirma:

O Projeto Mobral permite compreender bem esta fase ditatorial por que passou o país. A proposta de educação era toda baseada aos interesses políticos vigentes na época. Por ter de repassar o sentimento de bom comportamento para o povo e justificar os atos da ditadura.

Com a LDB de 1971 (Lei de nº 5.692/71), foi implantado no Brasil O Ensino Supletivo que, dentro do contexto social brasileiro, deveria contribuir para enfrentar o alto índice de analfabetismo que persistia como um problema crônico nacional.

Após um longo período de serviços prestados, o Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) foi extinto e a Fundação Educar assumiu esse espaço de trabalho, cuja função, entre outras, era fomentar o atendimento às séries iniciais do ensino fundamental, produção de material e avaliação das atividades.

Sobre a Fundação Educar SOUSA (2010 p.52) afirma:

[...] Essa Fundação deveria fomentar programas destinados àqueles que não tiveram acesso a escola ou que dela foram excluídos .A fundação era vinculada ao MEC e atuava com apoio financeiros das prefeituras municipais ou associações da sociedades civis.

A política pública mais significativa relacionada em relação o EJA teve seu início com a Constituição Federal de 1988, pois é ela que defende no Título dos Direitos Individuais e Coletivos o direito à Educação a todos os cidadãos brasileiros, visto que o artigo 208 diz que:

VI- Oferta de Ensino Noturno Regular, adequando a condição do educando.

Apesar dos discursos, das leis ocorridas ao longo da história da educação brasileira, especificamente na educação de jovens e adultos, apresentado neste breve histórico, constatamos uma grande ausência por parte do governo em garantir a concretização na pratica dos direitos constitucionais a essa modalidade de ensino.

## **A EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS E A SUA CONTRIBUIÇÃO**

Sabendo - se que um dos direitos sociais garantidos na Constituição Federal é a Educação. Porém, a questão está sempre presente nas lutas de diversos movimentos sociais. São por meios destes movimentos que o acesso e a permanência na escola são assegurados as pessoas, de acordo com o momento histórico vigente. Quando falamos de momento histórico estamos nos referindo às mudanças ocorridas no Brasil a cada gestão políticas vigente. Fato confirmado por Cury: “Os ideais educacionais são, pois, concretos, variáveis e relativos no tempo e no espaço, refletindo as transformações da existência de vida, a cada época histórica (2015, p.69)”.

A Educação de Jovens e Adultos marca na sociedade brasileira a exclusão e a desigualdade, pode – se aqui lembrar alguns exemplos que ocorreram ao longo do tempo, direito diferentes para senhores de escravos; proibição do voto a pessoa analfabeta; discriminação em função da cor, religião ou raça. Falar em desigualdade social torna-se necessário porque a mesma está relacionada com a educação brasileira.

Gonsales, em seu artigo Educação de Jovens e Adultos (2011), afirma que:

Desde que a EJA é EJA esses jovens e adultos são os mesmos: pobres, desempregados na economia informal, negros nos limites da sobrevivência. São jovens e adultos populares. Fazem parte dos mesmos coletivos sociais, raciais, étnicos, culturais. O nome genérico: Educação de Jovens e Adultos ocultam essas identidades coletivas.

Os jovens e os adultos, em toda e qualquer sociedade, vivenciam várias e diferentes experiências sociais e humanas. Sendo assim, suas temporalidades, trajetórias, vivências e aprendizagem não são as mesmas, e mesmo que participem de processo socioeconômico, políticos e educativos semelhantes, esses sujeitos atribuem significados e sentidos diversos à vida, a sociedade e as práticas sociais das quais participam do seu cotidiano. Esse processo está intimamente relacionado com a vivência do seu ciclo idade social de formação.

Durante muito tempo a população brasileira ficou sem acesso a educação, não existiam escolas, principalmente nas localidades mais distantes do núcleo urbano. As pesquisas apontam que, as pessoas acima de 15 anos têm em média de 3 a 7 anos de estudos. Existem localidades que esta porcentagem diminui, depende muito de região para região. Este fato acontece por fatores relacionados à questão social brasileira que desde os seus primórdios, já veio com essa divisão.

Segundo Sousa (2011), “Diante da pobreza e da concentração de renda uma grande parcela de jovens insere-se no trabalho desde muito cedo.” Desta maneira, a escola fica pra segundo plano, a condição desfavorável em que se encontram alguns jovens, se encarregam de levá-lo ao trabalho mais cedo. Existem jovens que deixam de estudar para trabalhar e garantir o seu sustento ou ajudar a família ou satisfazer algumas necessidades mínimas para a sua sobrevivência.

As experiências escolares desses jovens são diferenciadas. Alguns deles foram excluídos da escola nos mais variados estágios, a maioria antes de completar o Ensino Fundamental, com uma trajetória marcada por repetência, evasões esporádicas e retornos, até a exclusão definitiva. Outros continuam a estudar, alguns chegam ao Ensino Médio, sendo possível perceber que os significados que atribuem a essa experiência são bem diversas, variados desde a indiferença. A escola lhe parece uma instituição distante e pouco significativa, até a frequência escolar é carregada de sentido negativo, contribuindo para reproduzi-los na condição de subalternos.

Conforme os relatos abaixo:

“Dia de segunda e sexta – feira, eu não venho à escola, por que é o dia que eu ganho meu dinheiro pra sustentar meu filho.” (Kátia, 17 anos aluna da 3ª Ciclo da E.E Irineu da Gama Paes, 2012).

“Quando tenho tempo, eu venho estudar. Tenho que trabalhar pra manter minha família, a escola não mata minha fome” (Antônio Carlos 18 anos aluno do 2ª Ciclo da E.E Irineu da Gama Paes).

Na fala dos jovens percebeu-se que a escola não tem prioridade em suas vidas. O mundo do trabalho ganha preferência. Percebe-se que, mesmo não possuindo qualificações profissionais, a sua condição social os deixa sem escolha, mesmo recebendo um salário insignificante optam pelo labor, para eles, a escola parece muito distante dos seus interesses e necessidades. No entanto, o próprio mercado do trabalho exige que esses jovens sem qualificações, voltem para escola, pois é ela que vai lhe garantir a qualificação burocrática para tornarem aptos para exercerem o seu lado profissional.

Segundo Marx é “o trabalho é a essência do homem, no qual tudo esta relacionado ao trabalho, é o ponto de partida das nossas relações sócias. O trabalho oferece ao homem uma mudança de forma natural, ao mesmo tempo realiza o seu objetivo”.

A leitura e a escrita são primordialmente dois dos recursos a que o indivíduo recorre para a execução de um trabalho que não pode ser feito sem esse conhecimento. Por conseguinte, o conhecimento da leitura e da escrita é uma característica do trabalho. Sua valorização só pode ser feita tomando em consideração o nível de trabalho que cada indivíduo executa na sociedade.

Pra trabalhar nesta obra é preciso saber ler e escrever, porque senão dá prejuízo pra firma. Os cabras analfabetos dão muito trabalho porque não lêem avisos e ai pinta acidente de trabalho. Por isto é que tem muito trabalhador desempregado ou rodando no serviço. Digo sim, pra eles: tem que ter cuidados, ler avisos. Não pode ser analfabeto aqui. (MELO 1997, p.42 - Discursos de trabalhadores sobre alfabetização)

Pode-se dizer que é o trabalho que alfabetiza o homem, exigindo dele o conhecimento das letras, ou seja, de tal espécie que o dispense de conhecê-las. O trabalho, por sintetizar o conjunto de relações sociais às quais o homem está sujeito, toca a essência do homem, assim como a definição do analfabeto, juntamente com a sua autenticidade. Como afirma Melo (1997, p.46):

“Gente analfabeta não dá conta de fazer as coisas direito. É cego. É praga. Veja lá, não aprendeu a ler porque não tem habilidade, não procura ter jeito, e não tendo estas habilidades não podem ter emprego bom. É deixado de lado, só serve para o pesadão, como eu”.

Vale ressaltar que, o trabalho pode ordenar coordenar e estabelecer a posição, marcando o lugar que o indivíduo ocupa na sociedade. Desta forma, o labor vem ganhando novas configurações e significados desde a consolidação do modelo econômico globalizado e

a implantação do neoliberalismo implicam na exigência de qualidade do acesso e da permanência do aluno e de uma conclusão de escolaridade como um direito social.

Vendo a educação como um direito social, vejamos o que um jovem de 18 anos diz a respeito:

“Não frequentava a escola porque tinha que trabalhar. Morava na zona rural, perto da minha casa não tinha escola, eu ajudava meu pai a trabalhar fazendo farinha, quando comecei a trabalhar eu tinha sete anos. E o tempo foi passando, hoje eu moro na cidade, tenho que estudar, quero aprender a ler e escrever pra poder trabalhar e ganhar um bom salário. Por isso estou aqui na escola”. (Jacson Freitas-2012, 18 anos aluno do 1ª Ciclo da E.E Irineu da Gama Paes).

Da mesma forma a jovem Luciane (2012) de 16 anos afirma:

“Eu estudava de dia, por causa da minha gravidez parei de estudar! Agora voltei à escola quero recuperar o tempo perdido, estudo na EJA para terminar logo meus estudos. Quero me formar em enfermeira, arranjar um bom emprego e sustentar minha filha de dois anos.” (Aluna do 4º ciclo da E.E Irineu da Gama Paes).

O acesso a educação para esses jovens é também um meio da abertura para o reconhecimento de um ser capaz de opções. Neste sentido, o direito à educação é uma oportunidade de crescimento cidadã, ao mesmo tempo, um caminho que leva ao fortalecimento da autoestima.

Paulo Freire (1987), afirma que:

(...) a alfabetização é muito importante, homem iletrado chega humilde e culpado, mas aos poucos descobre com orgulho que também é um fazedor de culturas e, mais ainda, que a condição de inferioridade não deve a uma incompetência sua, mas é resultado daquilo que lhe foi roubada.

No momento, em que, a cidadania enfrenta novos desafios, buscando novos espaços de atuações, abrindo novas áreas por meio das grandes transformações pelas quais vem passando a sociedade contemporânea, é importante ter o conhecimento da realidade que, no passado significaram e, no presente, ainda significam passos relevantes no sentido da garantia de um futuro melhor para todos.

A sociedade atual possui um número significativo de jovem e adulto que estão voltando à sala de aula para completar seus estudos. Uns que não sabem ler e escrever pretendem ser alfabetizados. Outros que já têm essas habilidades desejam adquirir outros saberes e principalmente um diploma para que tenham melhores oportunidades no mercado de trabalho, resgatando o seu papel de cidadão.

Fato confirmado, pelo jovem Marcelo José da Silva (2011).

Saí da escola para tentar ser jogador de futebol no time do Fortaleza. Passei na peneira, mas fui dispensado porque não estava estudando. Perdi a grande chance da minha vida porque deixei a escola. Voltei porque quero fazer administração. (Aluno do 3º ciclo da EJA em Juazeiro do Norte, CE - Revista Nova Escola).

Compartilhando com a mesma ideia a jovem Patrícia afirma:

Parei de estudar aos 13 anos, cursava a 6ª série, eu dançava em uma banda, viajava muito pelo interior e perdia muitas aulas, fui reprovando, reprovando... Decidi parar de estudar. Fiquei sem estudar por três anos. Hoje a banda acabou! Estou na escola para recuperar o tempo perdido. Quero me formar em Educação Física. (Aluna do 2º ciclo da E.E Irineu da Gama Paes).

Observar-se nas falas dos jovens acima que é o estudo que vai lhes garantir uma profissão, um futuro melhor. É a escola que vai oferecer-lhes condições necessárias para a ascensão social, situação que almejavam há tempos.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A escola passa a significar além de uma instituição para o aprendizado, estabelece também uma relação com futuro brilhante.

A educação de jovens e adultos tem a capacidade de tornar os jovens em pessoas ativas, que estão reconstruindo as suas vidas, no sentido cultural, econômico e social, oferecendo a elevação da autoestima, da autoconfiança, considerados como fatores essenciais.

A EJA em nossa história, veio encurtar uma distância que havia entre os jovens com a conclusão dos seus estudos. Enquanto milhões de jovens e adultos não deram conta de articular sua trajetória humana com o sistema escolar, é a EJA que lhes garante este direito.

Paulo Freire, (1997) ressalta que a Educação pode contribuir para que as pessoas se acomodem ao mundo em que vivem ou se envolvam na transformação dele. Nos dias atuais, a identidade da EJA desempenha três funções: A função reparadora, a equalizadora, e a qualificadora.

... É necessário que a Escola assuma a sua função reparadora de uma realidade injusta, que não deu oportunidade nem direito de escolarização a tantas pessoas. Ela deve também contemplar seu aspecto equalizador, possibilitando novas inserções no mundo do trabalho, na vida social, nos espaços da estética, na abertura de canais de participação... e a qualificação, com apelo a formação permanente, voltada para a solidariedade, a igualdade, e a diversidade. (UNESCO, 2002, p.13).

Vários são os motivos que levam ao abandono escolar, alguns deixam de estudar na idade própria por necessidade de trabalho, outros por desencantamento na escola, porém, sejam quais forem os motivos, hoje existe um grande número de analfabetos e de jovens que

são marginalizados da escola, na idade própria da escolarização regular, sem a conclusão da Educação Básica.

Apesar do reconhecimento de muitas conquistas e avanços, estamos cientes dos desafios com que ainda somos confrontados. Distinguimos que o exercício do direito à educação de jovens e adultos é condicionado por questões políticas, de governança, de participação e de inclusão.

Nos últimos anos o Brasil avançou muito na questão educacional, priorizando a Educação Básica e, até mesmo o Ensino Superior, principalmente para satisfazer uma exigência do mercado trabalho. Apesar da expansão das redes escolares e das políticas públicas, voltados para a Educação, muitos jovens não conseguem concluir seus estudos na época que deveriam. Fato que remete a tantos questionamentos.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A referida pesquisa levou a conceber a propensão de que o ensino de jovens e adultos, assume no campo político em disputa pelo direito, fazendo com que a esfera governamental garanta e confirmem a Educação de Jovens e Adultos no sentido de priorizar jovens e adolescentes marginalizados do sistema educacional.

A pretensão com este artigo, não é somente a informação, mais discutir o cenário nacional, visando a erradicação do analfabetismo em terras brasileiras.

## REFERÊNCIAS

BARCELOS, Valdo - **Educação de Jovens e Adultos: Currículos e Práticas Pedagógica** - Petrópolis, RJ: Vozes, 2010

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília: MEC.1996

\_\_\_\_\_, **Leis e Decretos—lei de nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996.Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, DOU 23/12/1996.

BEISIEGEL, Celso Rui. **Políticas e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire**. São Paulo. Ática. 1998.

BEISIEGEL, Celso Rui. **Políticas e Educação Popular: a teoria e a prática de Paulo Freire**. São Paulo. Ática. 1998.

CURY, Roberto Jamil -O MANIFESTO EDUCADOR: OS PIONEIROS 80 ANOS DEPOIS. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos** -2015.

FERNANDES, Elisângela. **Por que os Jovens de 15 a 17 anos estão na EJA.**

www.revistaescola.abril.com.br-2011

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido.** 4ª. Ed. Rio de Janeiro, paz e Terra ,1997.

IBGE – **Censo Demográfico 2010.** Brasília, 2010.

MINISTERIO DA EDUCAÇÃO – **VI CONFINTEA** – Marco de Ação de Belém- Brasília , abril de 2010.

REVISTA NOVA ESCOLA, A Revista de quem educa **INCLUSAO-** Editora Abril, 2011.

PILETTI, Nelson e Claudino - **História da Educação de Confúcio a Paulo Freire.** Editora Contexto 1º edição- ano 2012

PINTO, Álvaro Vieira. **Sete lições sobre educação de adultos.** 11. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

RIBEIRO, Vera Masagão (org.). **Educação de Jovens e adultos: novos leitores, novas leituras.** São Paulo: Ação educativa, 2001.

SOARES, Leôncio. GIOVANETTI, Maria Amélia e GOMES, Nilma Lino (orgs). **Educação de Jovens e Adultos: O que revelam as pesquisas /organização** - Belo-Horizonte: Autêntica Editora, 2011 - (Coleção Estudos da EJA).

SOUSA, Maria Antônia de. **Educação de Jovens e Adultos** – 2 ° edição Curitiba. Editora IBPEX, 2011

VENANCIO, João Carlos. **Política Pública destinada a Educação de Jovens e Adultos na primeira etapa do Ensino Fundamental** - Algumas considerações: Revista Científica Eletrônica janeiro de 2007.

UNESCO. CONFINTEA V. Declaración de Hamburgo sobre la educación de adultos y plan de acción para el futuro. Hamburgo, UIE/Unesco, 1997, 26p. Resoluciones de la V Conferência Internacional sobre Educación de Adultos. Hamburgo, 14-18 de julio de 1997.